

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	545	228	74.639
Concessionárias	5		30.887	83.211
Impostos e contribuições sociais	6		10.801	5.820
Dividendos a receber	10	12.817	24.426	
Caupões e depósitos vinculados	11		27.646	
Prêmio de risco - GSF	9		2.294	
Outros créditos	12		7.720	4.432
Total do Ativo Circulante		13.362	28.167	153.987
Não circulante				
Impostos e contribuições sociais	6	5.800		5.800
Títulos oferecidos	7		7.251	5.546
Caupões e depósitos vinculados	11		3.127	24.767
Prêmio de risco - GSF	9	5.800		4.905
Investimentos	13	861.731	902.123	21.183
Imobilizado	14	4	7	1.166.469
Intangível	15		3	582.513
				606.058
				1.748.982
				1.878.131
				1.727.595
Total do Ativo Não Circulante		861.735	902.133	11.748.982
TOTAL DO ATIVO		880.897	930.300	1.924.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	16	33	36	27.414
Impostos e contribuições sociais	6	1.401	2.024	9.936
Provisões	17	128.979	52.379	128.979
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				53.635
Uso de bem público	19			1.514
Provisões	20			1.328
Outras contas a pagar	12	7	7	1.277
Total do Passivo Circulante		130.420	54.446	232.983
Não circulante				
Títulos oferecidos	7	5.735	8.054	196.179
Debêntures	17	232.484	348.688	232.484
Empréstimos e financiamentos	18			729.942
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	25.000		25.000
Uso de bem público	19			19.526
Provisões	20			654
Outras contas a pagar	12	36	3	162
Total do Passivo Não Circulante		264.255	356.745	1.204.947
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	21.1	525.624	525.624	525.624
Prejuízos acumulados	21.2	(39.402)	(6.515)	(6.515)
Total do Patrimônio Líquido		486.222	519.109	486.222
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		880.897	930.300	1.924.152

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo (Resultado) líquido do exercício e da contribuição social				
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais	(35.206)	64.331	(36.266)	108.924
Depreciações e amortizações	11.464	2.887	52.286	12.804
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			5	10
Provisões reversas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	53.014	39.983	115.187	46.312
Uso de bem público - atualização monetária e AVP			3.006	895
Provisões (reversas) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			1.178	
Participações societárias			1.690	(531)
Caupões e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(31.145)	(110.234)		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(24)	(21)	(3)	(9)
Outros	(1.897)	(3.049)	134.341	168.224
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias			52.324	(83.211)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3)	178	(12.334)	(10.435)
Caupões e depósitos vinculados			(383)	(41)
Outros ativos operacionais			(10.899)	(848)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(3)	(85)	7.849	(16.958)
Outros tributos e contribuições sociais	(621)	2.012	17.358	27.535
Provisões			(6.920)	(5.481)
Uso de bem público			(1.474)	(361)
Outros passivos operacionais	33		(915)	1.086
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias	(591)	1.927	15.898	5.821
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(2.491)	(1.122)	(44.700)	(4.750)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais	(2.491)	(1.122)	134.247	74.730
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos			69.426	
Adiantamento para futuro aumento de capital			26.000	(5.500)
Adições ao imobilizado e intangível			(119.514)	(86.612)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento			95.426	(5.500)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Caupões e depósitos vinculados			(2.500)	(86.612)
Aumento (redução) de capital			6.800	2.516
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			24.516	6.800
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures			(29.283)	
Pagamentos de encargos de dívidas líquidas			(92.618)	(128.107)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamento			6.800	(136.374)
Caixa líquido (Resultado) líquido de caixa equivalente de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			545	228
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			228	50
Outros passivos operacionais			317	178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Custo da produção e do serviço de energia elétrica				
Custo do serviço de energia elétrica			(72.643)	(113.932)
Custo de operação			(381.174)	(215.611)
			(111.790)	(21.583)
Lucro bruto			100.837	172.326
Despesas e Receitas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	23			
Depreciações e amortizações		(553)	(601)	(8.121)
Outras despesas e receitas operacionais		(11.464)	(2.887)	(19.870)
			(1.910)	(638)
			(12.017)	(3.463)
			(26.852)	(14.441)
Resultado das participações societárias				
Resultado antes do resultado financeiro e tributos				
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	13	31.145	110.234	73.985
Despesas financeiras	24	19.128	106.771	157.885
			75	23
			(54.329)	(42.463)
			(35.206)	64.331
			(38.266)	108.924
			(7.121)	(47.931)
			2.319	(1.471)
			(3.187)	(6.860)
			(32.887)	62.860
			(32.887)	62.860
			(1.275.000)	2.49341

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrada nos demonstrativos financeiros para os exercícios de 2015 e 2014.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Geração do valor adicionado				
Receita operacional		4.352	369.881	367.796
Receita relativa à construção de ativos próprios			246.732	123.146
Outras receitas		4.352	11	4.352
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Custos da energia comprada	(430)	(677)	(208.247)	(124.348)
Encargos de uso da rede elétrica			(5.171)	(8.948)
Materiais		(11)	(28.276)	(6.604)
Serviços de terceiros	(516)	(574)	(102.715)	(83.668)
Outros custos operacionais	86	(2)	(7.650)	(2.835)
Valor adicionado bruto			160.534	243.446
Retenções				
Depreciações e amortizações	(11.464)	(2.887)	(45.718)	(11.163)
Valor adicionado líquido produzido	(11.894)	886	114.816	232.285
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	77	23	12.329	3.078
Resultado da equivalência patrimonial	31	114	1.145	112.145
Valor adicionado total a distribuir			19.328	117.145
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal			5.094	8.566
Remuneração direta			975	969
Benefícios			396	666
FORTS				
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(2.317)	3.482	30.246	70.951
Estaduais	96	1	209	1.532
Municipais			1	1
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	54.409	44.779	122.361	90.063
Aluguéis	27	23	750	635
Prejuízo do exercício/Lucro retido			52.215	48.285
			(32.887)	62.860
			19.328	111.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia, CEJA ou Controladora), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda., anteriormente denominada CWEI (Brasil) Participações Ltda. (CWEI Brasil), com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, tem por objeto a atividade de geração, transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade operacional.

A Companhia adquiriu em 2011, 100% da participação acionária da ECE Participações S.A. (ECE Participações), sendo esta detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari).

As ECE Participações detêm o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/2002, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica

Usina Estado

Modalidade

Outorga

Capacidade Instalada

Assiguação

Concessão

Início

Término

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

Observações

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Lei nº 13.203/2015 - Repactuação do risco hidrológico
Conforme Medida Provisória, MP nº 688, publicada em 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anulação da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica, com o pagamento de prêmio de risco pelos geradores hidrelétricos.
O detalhamento para repactuação do risco hidrológico foi realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015.
A lei trata da repactuação de modo distinto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e para o Ambiente de Contratação Livre - ACL.
Para o ACR, haverá o repasse das perdas com o *Generator Scaling Factor - GSF* integralmente à Conta de Bandeira Tarifária, mediante pagamento de um Prêmio de Risco. A parcela de perda com GSF de 2015 será recomensada aos geradores por meio da isenção do pagamento do prêmio de risco a partir de janeiro de 2016 até a completa compensação das perdas de 2015. Para esse período de transição, o Prêmio de Risco varia de R\$0,75 a R\$12,75 por MWh, a depender do percentual de risco que o gerador pretende repactuar: de 89% a 100%.
Para o ACL, de forma similar, o Prêmio de Risco varia de R\$10,50 a R\$33,10 por MWh, a depender da quantidade da Energia de Reserva adquirida do sistema. O ressarcimento das perdas com o GSF de 2015 é realizada exclusivamente mediante extensão do contrato de Concessão do agente de geração que aderir ao acordo no ACL. A repactuação no ACL não isenta o gerador do custo do GSF.
Para a adesão ao Acordo, deverá haver a desistência das ações judiciais relacionadas às perdas com o GSF.
3.1.1 Adesão à proposta de repactuação de risco hidrológico
Em 18 de dezembro de 2015 a ECE Participações protocolou junto à ANEEL o pedido de anulação de repactuação do Risco Hidrológico e também a perfom de desistência das ações judiciais ajuizadas à UHE Jari com renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da Associação Brasileira dos Produtoras Independentes de Energia Elétrica - ABPIE.
A referida decisão foi embasada na avaliação dos vários cenários de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e *Generator Scaling Factor - GSF*, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a cada opção de repactuação.
Para suportar essa decisão, a ECE Participações contratou pareceres independentes nas vertentes energética, econômica e jurídica, envolvendo os aspectos tributário e de fluxo de caixa.
Após análise, a ECE Participações optou pela repactuação do risco hidrológico no ACR no produto SP92, onde 92% da exposição ao GSF é protegida, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.
Em 24 de dezembro de 2015 a ANEEL, por meio do Despacho nº 4.140/15, anulou a adesão da ECE Participações à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Adicionalmente, a ECE Participações optou pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Livre - ACL (Nota 9).

6 Impostos e contribuições sociais

Ativo - Compensáveis

	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Saldo em 31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social	253	12	(9)	25			(2)	277
IRRF sobre juros s/ capital próprio	3.260	2.261					2	5.523
Total	3.513	2.273	(9)	25				5.800
Circulante	3.513							5.800
Não circulante								5.800
Total	3.513							5.800
Passivo - a recolher								
PIS e COFINS	2.012	1.397				(2.012)	(2)	1.395
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	-	2				(3)		6
Encargos com pessoal	5		(5)					-
Outros	7						(7)	-
Total	2.024	1.399	(5)			(2.015)	(2)	1.401
Circulante	2.024							1.401
Não circulante								1.401
Total	2.024							1.401

Controladora

	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Saldo em 31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social	253	12	(9)	25			(2)	277
IRRF sobre juros s/ capital próprio	3.260	2.261					2	5.523
Total	3.513	2.273	(9)	25				5.800
Circulante	3.513							5.800
Não circulante								5.800
Total	3.513							5.800
Passivo - a recolher								
PIS e COFINS	2.012	1.397				(2.012)	(2)	1.395
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	-	2				(3)		6
Encargos com pessoal	5		(5)					-
Outros	7						(7)	-
Total	2.024	1.399	(5)			(2.015)	(2)	1.401
Circulante	2.024							1.401
Não circulante								1.401
Total	2.024							1.401

Consolidado

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social		496	25	(9)	40	1.549	(2)	(2)	(1.549)	548
ICMS		8								8
PIS e COFINS	6.1	20.771	9.820						(23.041)	7.550
IRRF sobre aplicações financeiras		194	1.001							1.195
IRRF sobre juros s/ capital próprio		3.260	2.261					2		5.523
Outros		242	1.538							1.777
Total		24.971	14.642	(9)	40	1.549	(2)	(2)	(24.590)	16.601
Circulante		5.820								10.801
Não circulante		19.151								5.800
Total		24.971								16.601
Passivo - a recolher										
Imposto de renda e contribuição social		43.151	7.312			(43.151)			(1.549)	5.763
ICMS		1.318	4.206			(5.229)				295
PIS e COFINS		2.012	24.438			(2.012)	(2)		(23.041)	1.395
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		5.735	8.054			(13.689)		250		166
IRRF sobre juros s/ capital próprio		3.261	2.262			(3.261)				2.262
Encargos com pessoal		566	1.221	(5)		(1.727)		(250)		55
Outros		290								290
Total		50.709	42.057	(5)		(58.233)	(2)	(250)	(24.590)	9.936
Circulante		50.709								9.936
Não circulante										9.936
Total		50.709								9.936

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

6.1 PIS e COFINS

O montante de R\$15.200,771 em 31 de dezembro de 2014 refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre insumos adquiridos em 2015 pela ECE Participações. Do saldo de R\$20.771 em 31 de dezembro de 2014, R\$19.151 refere-se a aquisição de ativo imobilizado da ECE Participações para a construção da UHE Jari, no qual foi integralmente utilizado no exercício de 2015 para aquisição de PIS e COFINS sobre o faturamento.

7 Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Controladora			
		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Diferenças temporárias		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Outras	7.1.1	5.735	8.054	2.319	(1.471)
Total		5.735	8.054	2.319	(1.471)

A variação do Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$2.319.

Natureza dos créditos	Nota	Consolidado					
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Diferenças temporárias		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Provisão para riscos trabalhistas, civis e trabalhistas		120		120			
Gastos Pré-operacionais	4.067	5.546			(1.479)	1.697	
Mais valia - CPC 15 (R1)			190.444	197.011	6.567	1.641	
Uso do bem público - CPC 25	16.470		15.707		703		
Outras	4.791		8.065	8.054	4.780	(1.471)	
Total	7.1.2	25.448	5.546	214.276	205.065	10.691	1.867
Total bruto		25.448	5.546	214.276	205.065	10.691	1.867
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(18.097)		(18.097)			
Total		7.351	5.546	196.179	205.065		

A variação do Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$10.691.

7.1.1 Diferenças Temporárias - Outras (Controladora)

Do montante diferido constituído de R\$5.735, R\$2.320 é proveniente do agio da aquisição da controlada ECE Participações e R\$3.415 é proveniente dos juros capitalizados no imobilizado em curso.

7.1.2 Diferenças Temporárias

Com o advento da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, os quais passaram a incorporar a partir de 1º de janeiro de 2015 o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua debitabilidade ou crédito.

7.2 Resultados tributáveis futuros

A Administração da ECE Participações elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pela Diretoria. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a ECE Participações estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Consolidado									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2025	Total	
	2.950	2.951	2.951	2.953	2.953	6.414	4.276	25.448	

8 Partes relacionadas

Além dos dividendos a receber de sua Controlada (Nota 10), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Controladora					
			Ativo Circulante	Passivo Não circulante	Despesas Operacionais			
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura								
EDP - Energias do Brasil		01/01/2015 a 31/12/2018			36	3	(36)	(31)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC								
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.		05/10/2015 a indeterminado			13.000			
EDP - Energias do Brasil		05/10/2015 a indeterminado			13.000			
Total					-	-	26.036	(36)
								(31)
								(219)
Contrato Jurídico sobre o Parecer do GSF								
Energset		Controlador comum			1			(3)
Contrato de prestação de serviços								
EDP - Energias do Brasil		01/01/2015 a 31/12/2016						(438)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC								
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.		05/10/2015 a indeterminado			13.000			
EDP - Energias do Brasil		05/10/2015 a indeterminado			13.000			
Total					2.721	20.791	26.162	23
								(602)
								(250)
								55.630

8.1 Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura

O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia e a ECE Participações possuem instalações matizes.

O contrato trata a vigência de 36 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2012 e não necessitava ser submetido à anulação prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 338/2008, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. Estes contratos vigoraram de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2012, foi firmado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato para revisão dos percentuais de rateio no conjunto dos contratos da controlada. Em 1º de agosto de 2015, após a anulação da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o novo "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula expressa permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015, e está em conformidade com a Resolução Normativa nº 334/08, com o prazo de 48 meses.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avisos recebidos do adquirente estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

8.2 Compromissos contratuais

A ECE Participações possui contrato de compra de energia junto a Energset S.A. (controlada direta da EDP - Energias do Brasil) no montante de 0,638 MWh com início de suprimento em 1º de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2046 (Nota 28.1).

8.3 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A. e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., anteriormente denominada CWEI (Brasil) Participações Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

Em 27 de julho de 2015, foi protocolada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP a comunicação de alteração da denominação social de CWEI (Brasil) Participações Ltda. para China Three Gorges Brasil Energia Ltda.

8.4 Remuneração dos administradores

A Companhia não possui dispêndios no exercício com os profissionais chave da Administração.

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
18.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Table with columns: Empresa, Valor contratado, Valor liberado, Vigência, Utilização, Conventos, Custo da dívida, Forma de pagamento, Garantia, Encargos Circulante, Encargos Não Circulante, Encargos Total, Valor líquido em 31/12/2015, Encargos Circulante, Encargos Não Circulante, Encargos Total, Valor líquido em 31/12/2014.

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

18.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2014, Ingressos, Pagamentos, Juros provisionados, Juros integralizados, Transferências, Amortização do custo de transação, Variação monetária e cambial, Valor líquido em 31/12/2015.

18.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Table with columns: Vencimento, Tipo de moeda Nacional, Gerenciais, Despesas Operacionais Gerais e administrativas, Total, 2015, 2014.

19 Uso do Bem Público - UPB

Na ECE Participações, o valor justo total da obrigação relacionada com o uso do bem público (Nota 1.1.1) até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do intangível (Nota 15) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 6,86% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento.

No exercício de 2015, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2015, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Segue abaixo movimentação no exercício:

Table with columns: Valor líquido em 31/12/2014, Ajuste a valor presente, Encargos atualizações monetárias, Pagamentos, Transferências, Valor líquido em 31/12/2015.

20 Provisões

Table with columns: Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, Licenças ambientais, Total, Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2014.

20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas: As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.1 Risco de perda provável: A ECE Participações possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$352.

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da ECE envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores há 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a ECE detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a ECE realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

20.1.2 Risco de perda possível: Existem processos de natureza trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como provável, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2014.

20.1.3 Risco de perda remota: A ECE Participações possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$352.

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da ECE envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores há 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a ECE detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a ECE realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

20.1.4 Risco de perda possível: Existem processos de natureza trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como provável, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2014.

20.1.5 Risco de perda remota: A ECE Participações possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$352.

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da ECE envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores há 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a ECE detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a ECE realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

20.1.6 Risco de perda possível: Existem processos de natureza trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como provável, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2014.

20.1.7 Risco de perda remota: A ECE Participações possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$352.

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da ECE envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores há 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a ECE detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a ECE realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

20.1.8 Risco de perda possível: Existem processos de natureza trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como provável, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2014.

20.1.9 Risco de perda remota: A ECE Participações possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$352.

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da ECE envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores há 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a ECE detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a ECE realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

20.1.10 Risco de perda possível: Existem processos de natureza trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como provável, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2014.

20.1.11 Risco de perda remota: A ECE Participações possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$352.

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da ECE envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores há 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a ECE detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a ECE realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

20.1.12 Risco de perda possível: Existem processos de natureza trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como provável, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2014.

20.1.13 Risco de perda remota: A ECE Participações possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$352.

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da ECE envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores há 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a ECE detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a ECE realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

20.1.14 Risco de perda possível: Existem processos de natureza trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como provável, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2014.

20.1.15 Risco de perda remota: A ECE Participações possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$352.

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da ECE envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores há 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a ECE detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a ECE realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

20.1.16 Risco de perda possível: Existem processos de natureza trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como provável, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2014.

20.1.17 Risco de perda remota: A ECE Participações possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$352.

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da ECE envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores há 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a ECE detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a ECE realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

20.1.18 Risco de perda possível: Existem processos de natureza trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como provável, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2014.

20.1.19 Risco de perda remota: A ECE Participações possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$352.

No mês de setembro de 2015, foi aprovado o Plano de Mitigação de Risco Trabalhista com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista da ECE envolvendo duas prestadoras de serviços. Em relação a estes dois fornecedores há 51 processos de natureza trabalhista, nos quais a ECE detinha a condição de responsável subsidiária, totalizando uma contingência de aproximadamente R\$1.894. Dos 51 processos mencionados, a ECE realizou acordo em 30 processos, resultando em uma reversão de provisão no exercício no montante de R\$745.

20.1.20 Risco de perda possível: Existem processos de natureza trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como provável, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Valor líquido em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2014.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social: O capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$525.624 e está representado por 25.733.746 ações ordinárias, sem valor nominal. O capital social subscrito é de R\$530.291, sendo o valor a integralizar de R\$4.667.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$519.501, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma de subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. Segue abaixo a composição societária atualizada:

Table with columns: Quantidade de ações, % participação, 31/12/2015, 31/12/2014.

21.2 Reservas: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. As receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização e

(ii) O faturamento de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

Suprimento de energia: Energia de curto prazo: Receita operacional bruta: Deduções à receita operacional: Tributos sobre a receita: PIS/COFINS: Encargos do consumidor: P&D: Outros encargos: Receita: Não revisado pelos auditores independentes.

21.3 Gastos operacionais: Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função no Demonstrativo de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26 e pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

Table with columns: Natureza do gasto, 31/12/2015, 31/12/2014.

21.4 Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirarem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa atuação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros: Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado: Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia ou sua controlada gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e sua controlada. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis: São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável ou impairment.

- Instrumentos mantidos até o vencimento: Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Outros ao custo amortizado: São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações da principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Controladora: 2015, 2014. Despesas operacionais Gerais e administrativas: Total, 2015, 2014.

Custo da produção: Com energia elétrica, De operação, administrativas, Gerais e Outras, Total, 2015, 2014.

Não gerenciais: Energia elétrica comprada para revenda, Encargos de uso da rede elétrica, Taxa de fiscalização, Compensação financeira pela utilização de recursos hidrôicos (CFURH), 2015, 2014.

Gerenciais: Pessoa Administradores e Entidade de previdência privada, Material, Serviços de terceiros, Depreciação, Aluguéis e arrendamentos, Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens, Outras, 2015, 2014.

Total: 2015, 2014.

Recursos financeiros: Resultados financeiros e caixões, Variações monetárias moeda nacional, Juros e multa sobre impostos, Ajustes a valor presente, (1) Juros capitalizados, (2) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras, Outras receitas financeiras, Despesas financeiras: Juros e multa sobre impostos, Encargos de dívidas, Variações monetárias moeda nacional, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros, Ajuste monetário contratos de mútuo, Ajuste monetário contratos de mútuo do bem público, (1) Juros capitalizados, Outras despesas financeiras, 2015, 2014.

Total: 2015, 2014.

24 Resultado financeiro: Controladora, Consolidado, 2015, 2014.

Recursos financeiros: Resultados financeiros e caixões, Variações monetárias moeda nacional, Juros e multa sobre impostos, Ajustes a valor presente, (1) Juros capitalizados, (2) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras, Outras receitas financeiras, Despesas financeiras: Juros e multa sobre impostos, Encargos de dívidas, Variações monetárias moeda nacional, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros, Ajuste monetário contratos de mútuo, Ajuste monetário contratos de mútuo do bem público, (1) Juros capitalizados, Outras despesas financeiras, 2015, 2014.

Total: 2015, 2014.

25 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a bens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

Controladora, Consolidado, 2015, 2014.

(Prejuízo) Lucro antes do IRPJ e CSLL, Alíquota, IRPJ e CSLL, Ajustes para refletir a alíquota e CSLL, Doações, Resultados de equivalência patrimonial, Juros sobre o capital próprio, Outras, Outros: IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos, Outras, Despesa de IRPJ e CSLL, Alíquota Efetiva, 2015, 2014.

26 Resultado por ação: O resultado básico por ação da Companhia e sua controlada para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2015, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou títulos que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação é o que foi apurado para o exercício e igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2015, 2014.

Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas: Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (milhões): Resultado básico e diluído por ações (realização): 2015, 2014.

27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos: A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (dêbito, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais das operações com base nos dados de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e eventuais reduções em cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

27.1 Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirarem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa atuação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros: Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado: Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia ou sua controlada gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e sua controlada. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis: São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável ou impairment.

- Instrumentos mantidos até o vencimento: Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Outros ao custo amortizado: São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações da principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Controladora: 2015, 2014. Outros ao custo amortizado: Fornecedores, Debitários, Outras contas a pagar - Partes relacionadas, 2015, 2014.

Passivos financeiros: Outros ao custo amortizado: Fornecedores, Debitários, Outras contas a pagar - Partes relacionadas, 2015, 2014.

